1º Distintivo – Bibliologia

A autoridade e infabilidade da palavra de Deus

Conceito Teológico

A Bíblia, nos seus 66 livros, é a palavra de Deus revelada em linguagem humana, escrita por homens santos de Deus e inspirada pelo Espírito Santo (2 Timóteo 3.15—17; 2 Pedro 1.20—21) de tal forma que cada palavra de toda a Bíblia, nos manuscritos originais, é a Palavra de Deus (Mateus 5.18). Todo o seu conteúdo é a verdade, sendo completamente isento de erros (João 10.35; 17.17). A Bíblia é a única autoridade do crente em matéria de fé e prática, padrão de avaliação da doutrina e conduta humanas (Hebreus 4.12), cujo propósito é comunicar a natureza e vontade de Deus ao ser humano (Romanos 10.17; 2 Timóteo 3.15—17). Ela deve ser interpretada de forma literal, ou seja, entendida no seu sentido normal. Ela também é suficiente, sendo relevante para o cristão moderno e contendo tudo que ele necessita para a vida e piedade.

História

O cânon (lista de livros incluídos) do Antigo Testamento foi estabelecido até os dias de Jesus e considerado autoritativo por Ele (Mateus 23.35—36; João 10.35). O cânon do Novo Testamento foi estabelecido nos primeiros séculos depois de Cristo. Orígenes (185–254) popularizou o método alegórico (não literal) de interpretação bíblica. Durante a Idade Média, a Igreja Católica concedeu aos pais e à tradição da igreja autoridade igual à da Bíblia. Houve oposição a isto, o que culminou com a Reforma Protestante (a partir de 1517). Os protestantes fizeram das escrituras a autoridade final para a fé e prática e retornaram ao método literal de interpretação bíblica. A Igreja Católica acrescentou sete livros apócrifos ao
cânon das escrituras no Concílio de Trento em 1546. No final do século XIX surgiu o liberalismo teológico, que rejeitou várias doutrinas fundamentais do cristianismo, inclusive as doutrinas
da inspiração e da inerrância bíblica.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica não só acrescentou os livros apócrifos ao cânon da Bíblia, mas também aceita a tradição humana e o Papa como autoridades iguais à da Bíblia.
- As teologias liberal e neo-ortodoxa rejeitam a inspiração e inerrância das Escrituras.
- O neo-evangelicalismo admite erros na Bíblia, especialmente nas áreas de ciência e história.
- Seitas como Adventistas do Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová, Mórmons e Espíritas reverenciam outros escritos além da Bíblia, aos quais cedem autoridade igual ou superior às escrituras.
- Rejeitamos qualquer tentativa de se contextualizar as escrituras em que elas sejam subordinadas aos costumes ou crenças de alguma cultura.
- Rejeitamos qualquer tentativa de se estabelecer uma versão das escrituras como sendo a única aceita pela igreja.

2º Distintivo – Teologia

A pessoa e obra de Deus

Conceito Teológico

Há um só Deus (Êxodo 20:2—3; Deuteronômio 6:4) que existe eternamente em três pessoas distintas: Pai, Filho e Espírito Santo (Mateus 28.19). Estas três pessoas são iguais em poder, atributos e glória, mas executam ofícios distintos (João 3.16; 5.19—23; 10.30—39; 14.16—17; 16.5—15). Por ser único, somente Deus é digno de adoração. Ele é santo, justo e amor (Êxodo 34.6—7; Isaías 6.1–4; Tiago 1.13, 16—7; 1 Pedro 1.15—16; 1 João 1.16). Ele é o rei eterno, imortal e invisível que habita em luz inatingível e cheia de glória (1 Timóteo 1.17; 6.15—16). Ele criou o universo diretamente, sem o uso de matéria preexistente e fez isto em seis dias normais, sem utilizar qualquer processo de evolução (Gênesis 1.1-31; Êxodo 20.11; Hebreus 11.3).

História

Embora a doutrina da triunidade de Deus seja bíblica e fundamental ao cristianismo, a palavra “trindade” não aparece nas Escrituras, nem a doutrina é explicada de forma sistemática. Por isso, a doutrina ortodoxa da trindade foi desenvolvida através de muitos anos e em meio a grandes controvérsias. Tertuliano (160–222) foi o primeiro a usar a palavra “trindade”. A controvérsia culminou com a disputa entre Ario (morto em 336), que rejeitava a divindade de Jesus e a tripersonalidade de Deus, e Atanásio (296–373), que afirmava ambas. A posição ortodoxa foi adotada pela igreja no concílio de Niceia (325) e reafirmada no concílio de Calcedônia (451).Em tempos mais recentes, sugiram muitos outros ataques à doutrina de Deus. O Deus do deísmo é tão transcendente que não se envolve com os assuntos deste mundo. Mais recentemente tem surgido um Deus tão imanente (isto é, próximo ou deste mundo), que tem perdido sua santidade, soberania e glória. O Deus bíblico é tanto transcendente, quanto imanente. A teoria da evolução foi popularizada pelos esforços do inglês Charles Darwin (1809–1882). Esta teoria, ao afirmar que o mundo atual veio a existir através de um processo de evolução que levou milhões de anos, nega que Deus tenha criado o mundo em seis dias. Muitos cristãos tentam conciliar a teoria da evolução e o ensinamento da Bíblia. Os Batistas Regulares sempre rejeitaram tanto a teoria da evolução quanto qualquer tentativa de conciliá-la com a Bíblia.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- O politeísmo ensina que há muitos deuses.
- O panteísmo nega que Deus seja distinto da Sua criação e afirma que tudo é Deus e Deus é tudo.
- O deísmo nega que Deus se envolva com este mundo.
- O islamismo adora um deus falso, Ala.
- A Igreja Unitariana e as Testemunhas de Jeová negam que Deus seja tripessoal.
- A teoria da evolução e a evolução teísta negam que Deus tenha criado o mundo em seis dias a partir do nada.

3º Distintivo – Cristologia

A pessoa e obra de Jesus Cristo

Conceito Teológico

Jesus Cristo, segunda pessoa da Trindade Divina, é o eterno filho de Deus (João 1.1—4; 3.16; 8.58), que recebeu corpo e natureza humanos (João 1.14) e veio ao mundo para morrer na cruz pelos pecados do mundo (João 3.14—16; 1 Coríntios 15.3—4). Ele nasceu da virgem Maria por obra e graça do Espírito Santo (Mateus 1.18—25) e passou a ter duas naturezas distintas: divina e humana (Romanos 1.3—4). Na sua pessoa, ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem (Colossenses 1.19; 2.9). Sua missão neste mundo foi de revelar o Pai (João 1.18; 14.8—9) e consumar a redenção dos seres humanos, através do seu sacrifício santo e substitutivo (2 Coríntios 5.21; 1 Pedro 2.21—25; 3.18). Após a sua morte, ele ressuscitou, subiu aos céus (Atos 1.3, 9) e foi exaltado à direita de Deus (Salmo 110.1; Hebreus 12.2). Ele é o único mediador entre Deus e o homem (1 Timóteo 2.5—6), e somente através dele o ser humano pode ter acesso a Deus (João 14.6; Atos 4.11—12). Hoje ele intercede pelos santos (Hebreus 4.14—16) e é o cabeça da igreja (Efésios 1.22—23; 4.15—16). Em seu lugar, ele enviou o Espírito Santo como consolador e guia (João 14.16—17).

História

Durante os primeiros cinco séculos da Era Cristã, a natureza da pessoa de Jesus Cristo foi o tema de debates intensos e grandes controvérsias. Surgiram muitas heresias. O docetismo, gnosticismo, apolinarismo, e eutiquianismo negavam a plena humanidade de Jesus, enquanto o ebionismo, arianismo e eutiquianismo negavam a plena divindade dele. O nestorianismo afirmava que Jesus era, na verdade, duas pessoas. A posição ortodoxa foi desenvolvida e afirmada nos concílios de Niceia (325) e Calcedônia (451). Durante a Era Medieval (590
a 1517) e o tempo da Reforma Protestante (1517 a 1650) houve muitas discussões sobre a natureza da morte de Jesus. Os reformadores protestantes afirmaram que Jesus morrera como substituto pelos pecadores, satisfazendo assim a justiça e a ira de Deus. O liberalismo teológico, que surgiu no final do século XIX, nega a divindade de Jesus e qualquer aspecto sobrenatural da sua vida, como, por exemplo, seu nascimento virginal. Ele considera que o Jesus que realm ente viveu não era o mesmo que os evangelistas relataram.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Os Testemunhas de Jeová, Espíritas e teólogos liberais negam a divindade de Jesus.
- Para os Mórmons, Jesus é o nosso irmão mais velho (e irmão de Lúcifer), filho de Elohim, que progrediu até se tornar um deus.
- A Igreja Católica Romana afirma as doutrinas ortodoxas sobre a pessoa de Jesus, mas ensina que Jesus não é o único mediador entre Deus e os seres humanos, existindo também os santos e, especialmente, Maria. Embora a igreja ensine que Jesus ressuscitou, na prática Jesus é um “senhor morto”, vítima de uma grande tragédia.

4º Distintivo – Pneumatologia

A pessoa e obra do Espírito Santo

Conceito Teológico

O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade Divina e, portanto, possui todos os atributos de personalidade e divindade (João 14.16—18; 16.8—11; Atos 5.3—4; 1 Coríntios 2.10; 12.11; Efésios 4.0). Ele exerce muitas funções nesta época. Ele convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (João 16.7—11). No instante da salvação, ele regenera, sela e habita todos os crentes e todos eles são batizados nele (João 3.3—8; 16:12–15; 1 Coríntios 12.13; Efésios 1.13—14). Finalmente, ele guia os crentes e ensina-os a andar nos caminhos de justiça e santidade, de acordo com a Bíblia (João 16.12—15; Romanos 8.12—15; Gálatas 5.16—23; 1 João 2.20, 27).

História

A história da doutrina do Espírito Santo se desenvolveu de forma paralela com a doutrina de Jesus Cristo. A posição ortodoxa foi desenvolvida e afirmada nos concílios de Niceia (325) e Calcedônia (451). Com o passar do tempo, surgiu uma controvérsia sobre a procedência do Espírito Santo: Ele procedeu só do Pai (Igreja Ortodoxa) ou do Pai e do filho (Igreja Católica Romana)? Esta controvérsia finalmente levou ao Grande Cisma de 1054, que dividiu permanentemente a igreja em Igreja Ortodoxa e Igreja Católica Romana.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Os Testemunhas de Jeová e teólogos liberais negam que o Espírito Santo seja uma pessoa.
- Os Pentecostais e Neo-pentecostais, na prática, elevam o Espírito Santo acima do Senhor Jesus Cristo.

5º Distintivo – Pneumatologia

Os dons carismáticos

Conceito Teológico

O Espírito Santo concede dons aos crentes para a edificação da igreja (Rm 12.3—8; 1Co 12 e 14), mas os dons revelacionais, comumente chamados de carismáticos, foram limitados ao tempo apostólico. Entre estes estão o dom de falar em outras línguas, o dom de profecia, o dom de operar milagres e o dom de curas. Estes dons serviram tanto para revelar a vontade de Deus para a igreja enquanto o Novo Testamento estava sendo escrito, quanto para autenticar os verdadeiros mensageiros de Deus (Jo 5.30—37; At 2.22; 3.12—16; Hb 2.3—4). Quando o cânon do Novo Testamento foi completado, o propósito destes dons caducou e eles cessaram (1Co 13.8—13; Ef 2.19—20; 4.11).

História

O movimento pentecostal/carismático moderno veio em três ondas distintas. A primeira onda, chamada Pentecostalismo Clássico, começou no início do século XX com o ensinamento de Charles Parham e o Reavivamento da Rua Azusa em Los Angeles. Este movimento ensina que o batismo do Espírito Santo é uma segunda benção, posterior à salvação, e evidenciado pelo falar em línguas. Os batistas fundamentalistas rejeitaram esta posição por entenderem que todo salvo é batizado no Espírito Santo no momento da sua conversão (1Co 12.8—13), e que o falar em línguas foi um dom limitado à época apostólica, não uma evidência do batismo no Espírito Santo. O batismo no Espírito Santo é sinônimo de salvação (Mt 3.11—12). Se for considerado algo a ser buscado por esforço próprio, conforme o ensino pentecostal, perde o caráter de "dom" (isto é, "dádiva") e a salvação passa ser pelas obras. Como o ensinamento deles foi rejeitado pelas suas denominações, eles saíram e formaram novas denominações. A segunda onda, denominada movimento carismático ou neo-pentecostalismo, surgiu do meado ao fim da década de 1950 quando clérigos e leigos de uma variedade de igrejas evangélicas passaram a "falar em línguas". Estes, em vez de sair das suas denominações, ficaram e usaram suas experiências como um meio de renovação. Em 1967 este movimento entrou também na Igreja Católica. A terceira onda começou no início da década de 1980, com o ministério de John Wimber, na Vineyard Christian Fellowship (Comunhão Cristã da Vinha). Este movimento não enfatiza tanto o dom de línguas, mas os de curas e profecia. Seus defensores ensinam que é necessário pregar a Palavra com poder, isto é, acompanhada de sinais
e maravilhas. Os batistas regulares rejeitam este ensinamento por entenderem que o próprio evangelho é o poder de Deus para salvar almas (Romanos 1.16—17; 1 Coríntios 1.18—24).

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- As Igrejas Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular e Pentecostal Unida, entre outras, crêem que o dom de falar em línguas é a evidência do batismo do Espírito Santo, que o crente
  recebe num momento posterior à sua salvação.
- Inúmeras novas igrejas têm surgido, como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja da Graça, que aderem a doutrinas e práticas neo-pentecostais ou da Terceira Onda.
- A Renovação Carismática tem introduzido o movimento de sinais e maravilhas em muitas igrejas batistas e outras denominações históricas.
- A Renovação Católica une as práticas neo-pentecostais às doutrinas da Igreja Católica Romana.

6º Distintivo – Antropologia e Hamartiologia

A natureza e queda do homem

Conceito Teológico

O homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança, em perfeição e santidade (Gênesis 1.26—27; 9.5—6; Tiago 3.9). Ele, porém, voluntariamente transgrediu a proibição divina e perdeu o estado de santidade que o Criador lhe dera (Gênesis 2.16—17; 3.1—7). Desta forma, o ser

humano se corrompeu em todas as suas faculdades: vontade, inteligência e emoções. Ainda em consequência desta desobediência, todos nascem pecadores, com uma natureza pecaminosa, e praticam pecados em pensamento, palavra e ação (Romanos 3.10—18, 23; 5.12—21). Por isso, acham-se sob condenação e ruína eternas, estão mortos espiritualmente (isto, é, separados de Deus), sem nenhuma desculpa ou defesa e, por si só, são totalmente incapazes de remediar sua condição perdida (Mateus 5.20—48; Romanos 1.18; Efésios 2.1—3).

História

A primeira grande controvérsia quanto às doutrinas do homem e do pecado foi entre Pelágio (354/360–418/420) e Agostinho (354–430). Pelágio ensinava que o pecado de Adão afetou apenas a Adão e que todos os homens nascem neutros (como Adão) com a capacidade de escolher ou o bem ou o mal. O pecado existe no mundo como resultado da educação errada ou mau exemplo. Agostinho, por outro lado, ensinou que o homem foi criado à imagem de Deus, em perfeição natural, mas que, em Adão, livremente desobedeceu a Deus e caiu no pecado. Este pecado de Adão foi denominado pecado original. Ao pecar, o homem se corrompeu de tal forma, que não era mais capaz de deixar de pecar. Esta natureza pecaminosa foi passada a toda a raça humana. O Pelagianismo foi condenado como heresia nos Sínodos de Cartago e Mileve em 416. A Igreja Católica adotou uma posição medianeira chamada semipelagianismo, que ensinava que a vontade do homem
foi enfraquecida, mas não fatalmente ferida na queda. Os três principais reformadores, Lutero, Zuínglio, e Calvino, aderiram basicamente aos ensinamentos de Agostinho sobre a questão.
Jacobo Armínius (1560–1609) teve grande influência sobre muitos cristãos não-católicos. Ele negava a doutrina do pecado original e ensinava que somente a poluição do pecado de Adão foi passada aos descendentes dele. Esta poluição seria apenas uma fraqueza, não trazendo consigo a condenação. Ela apenas tornaria o homem incapaz de conseguir a vida eterna por conta própria. Batistas de modo geral e batistas regulares, especificamente, rejeitaram o ensinamento de Armínius nesta questão e aderiram ao ensinamento mais forte dos reformadores e Agostinho.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Rejeitamos qualquer filosofia humana, tal como a teoria da evolução ou o naturalismo, que negue que o homem tenha sido criado por Deus e que afirme que o homem seja apenas um animal superdesenvolvido ou o produto do acaso.
- Há uma filosofia moderna que ensina que o ser humano nasce neutro quanto ao bem ou o mal, e sua escolha é determinada por forças além do seu controle. Esta filosofia está por trás de muitas teorias políticas e psicológicas modernas.
- O arminianismo radical ensina que o homem não é depravado, e sim apenas doente moralmente.

7º Distintivo – Soteriologia

A salvação pela graça de Deus

Conceito Teológico

A salvação procede completamente de Deus e não do homem (Efésios 2.8—9). O homem natural está morto espiritualmente (Efésios 2.1—3) e não tem qualquer poder para buscar a Deus ou salvar a si mesmo (Romanos 3.9—18). Nada no homem é bom (Isaías 64.6; Jeremias 17.9): ele é inimigo de Deus e está debaixo da ira de dele (Romanos 1.18; 3.9—18, 23; 5.6—11; Efésios 2.3). A salvação é concedida gratuitamente ao pecador pela morte e ressurreição de Jesus Cristo (Romanos 3.21—26; 6.23; 1 Coríntios 15.1—4; 1 Pedro 2.24; 3.18) e é recebida somente quando o pecador se arrepende e crê, depositando a sua confiança somente em Cristo como seu salvador (João 3.14—18, 36; 5.24; Atos 3.19; Romanos 4.1—8). Obtê-la ou mantê-la não depende de méritos humanos (Tito 3.4—7; 1 João 5.9—13). É Deus quem toma a iniciativa de salvar o pecador, assim como de aperfeiçoá-lo até o Dia de Cristo (João 1.12—13; 3.5—7; 6.37; 15.16; Filipenses 1.6). Por isso, uma pessoa salva não pode perder a salvação (João 10.27—30; Efésios 1.13—14; 1 Pedro 1.5).

História

Duas ideologias vivem em conflito desde o princípio da era cristã: salvação pela graça e salvação pelas obras. A primeira afirma que o homem não faz nada para ganhar a salvação. Deus fez tudo e o homem recebe a salvação de graça, através da fé. A segunda, por sua vez, diz que o homem precisa fazer obras (por exemplo, guardar os dez mandamentos, pagar alguma promessa ou fazer caridade) para ou merecer a salvação ou completar a obra de Deus. Este foi o erro dos judaizantes que Paulo e outros apóstolos confrontaram na igreja primitiva (Atos 15.1—35; Gálatas; Filipenses 3.1—16). Mais tarde, ao passar dos anos, a Igreja Católica criou vários sacramentos (dispositivos que operam graça) como meios de ganhar e preservar a salvação. Surgiu, também, a doutrina do Purgatório, um lugar onde os cristãos pagam por seus pecados temporais antes de entrar no céu. A Reforma Protestante (1517 a 1650) e a Reforma Radical (os Anabatistas) rejeitaram estas e outras doutrinas, que acrescentavam qualquer coisa à obra de Jesus Cristo, e pregavam que a salvação era somente por meio da fé.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Os teólogos liberais fazem da salvação algo material e desta vida, conseguida através da caridade e trabalho social.
- As Testemunhas de Jeová ensinam uma salvação terrena.
- Os Espíritas, Católicos, e religiões em geral enfatizam as boas obras humanas como algo essencial para a salvação.
- Os Adventistas do Sétimo Dia enfatizam o cumprimento da lei para a salvação.
- Os grupos de teologia arminiana (seus aderentes incluem os metodistas e a maioria dos pentecostais) ensinam que a segurança da salvação depende do homem.

8º Distintivo – Soteriologia

O sacerdócio dos santos

Conceito Teológico

O Novo Testamento ensina que todo crente tem direto e livre acesso a Deus, sem necessitar de um mediador ou sacerdote humano (Hebreus 4.14—16; 10.19—22). Jesus Cristo é nosso único mediador (1 Timóteo 2.5) e também nosso advogado (1 João 2.1—2). Quando Jesus morreu, o véu do templo rasgou-se de cima a baixo, numa indicação clara de que o caminho para Deus estava aberto, sem intermediários. Por causa da morte de Jesus, nós somos um reino de sacerdotes (1 Pedro 2.4—10; Apocalipse 1.5b—6), todos com acesso direto a Deus. Este distintivo fala da igualdade de todos os membros dentro da igreja e da competência de cada crente em julgar por si só questões morais e espiri-tuais à luz da palavra de Deus (Atos 17.11; 1 Coríntios 6.1—7; 2 Pedro 1.3).

História

As primeiras igrejas cristãs reconheciam o sumo-sacerdócio de Cristo e entendiam que o crente tinha acesso direto a Deus. Com o passar do tempo, a autoridade dos pastores começou a aumentar. Ao mesmo tempo, a igreja passou a encarar a ceia do Senhor como sacrifício e não memorial. O sacrifício exige um sacerdote dotado com poderes especiais. Consequentemente, o sistema mosaico do Antigo Testamento foi ressuscitado. O resultado foi uma igreja dividida entre leigos e clérigos, onde os leigos dependiam dos clérigos para ter acesso a Deus. Este sistema foi rejeitado pelos anabatistas, por João Calvino e, finalmente, pelos batistas.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica, Luterana e Anglicana ainda praticam o sacerdotalismo.

9º Distintivo – Angelologia e Demonologia

Os anjos bons e maus

Conceito Teológico

Anjos são espíritos pessoais criados por Deus para servir como mensageiros e ministros de Deus (Hebreus 1.13—14). Eles foram criados individualmente em estado de perfeição moral (Salmo 148.2—5; Colossenses 1.15—16) e classificados em diversas ordens tais como de arcanjo, querubim e serafim (Gênesis 3.24; Isaías 6.1—3; Judas 9). Quando aparecem a homens, normalmente o fazem em forma humana (Gênesis 18.1—3; 32.24—29). Os que permaneceram fieis a Deus são chamados de anjos eleitos (1 Timóteo 5.21). Os que se rebelaram contra Deus e caíram são chamados de demônios ou espíritos imundos (Mateus 9.32—34; Lucas 4.33—35). Satanás foi o ser angelical mais exaltado, mas se corrompeu voluntariamente pelo pecado e

liderou uma rebelião angelical contra Deus (Isaías 14.12—15; Ezequiel 28.11—16). Ele e seus seguidores demoníacos procuram incessantemente frustrar os propósitos de Deus e seduzir os homens a segui-los. Eles são capazes de possuir pessoas, oprimi-las, tentá-las para o mal e acusar os cristãos (Lucas 13.11—16; 1 Tessalonicenses 3.5; Apocalipse 12.10). Vencidos por Cristo na cruz do Calvário, eles caminham para o castigo eterno já determinado: a eterna perdição no lago de fogo e enxofre, onde serão atormentados para sempre (João 16.8—11; Hebreus 2.14—15; Apocalipse 20.10). O cristão não é exortado a confrontar Satanás e suas forças diretamente, apenas a resistir e equiparse contra eles (Efésios 6.10—18; Tiago 4.7; 1 Pedro 5.8—9).

História

Há dois erros históricos nos quais os cristãos têm caído ao longo da história: um interesse demasiado no mundo dos anjos, especialmente, no dos demônios, e a total ignorância ou descrença deles neste mundo. O primeiro erro foi comum em tempos medievais, quando muitas superstições foram acrescentadas aos ensinamentos bíblicos. O segundo erro tornou-se mais comum a partir da revolução “científica” dos séculos XVIII a XX, a qual, supostamente, teria provado a impossibilidade de eventos e coisas sobrenaturais. Hoje existem os dois erros, mas o primeiro está em ascensão, especialmente entre grupos de tendência carismática. Muitos destes veem demônios por trás de cada problema físico ou espiritual que acontece ao crente e fazem do exorcismo o meio principal para a santificação. Os batistas regulares nunca foram unânimes quanto à questão do exorcismo—se deve ser praticado por crentes hoje em dia ou não, mas rejeitam a possibilidade de um crente genuíno ser endemoninhado e a ênfase demasiada no exorcismo.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Os teólogos liberais negam a existência de anjos, Satanás e demônios.
- Alguns grupos carismáticos fazem do exorcismo o meio principal para a santificação do crente.

10º Distintivo – Eclesiologia

A igreja universal

Conceito Teológico

A igreja universal (Hebreus 12.22—24) é o conjunto de pessoas salvas em Jesus Cristo desde o Dia de Pentecostes (Atos 2) até a vinda de Jesus para arrebatar os santos para junto de si (1 Tessalonicenses 4.13—18). Ela inclui os “mortos em Cristo” que se acham no céu e que serão ressuscitados na volta de Cristo (1 Tessalonicenses 4.13—18). A igreja universal somente se fará visível quando se reunir com Cristo em glória (Efésios 5.25—27). A igreja é distinta de Israel (Efésios 2.11—3.13). Ela é composta só de pessoas salvas (Efésios 2.11—22), tem Cristo por cabeça (Efésios 1.22—23; 4.15—16) e não admite distinções baseadas em raça (judeu ou gentio), estado (escravo ou livre), ou sexo (homem ou mulher) (Gálatas 3.26—28; Efésios 2.11—22; Colossenses 3.9—11).

História

Dos séculos II ao IV, por causa do aparecimento de heresias, a igreja foi obrigada a se fazer designar por certas características externas pelas quais pudesse ser conhecida e identificada. O efeito daí resultante foi que a igreja começou a ser concebida como instituição externa governada por bispos que seriam os sucessores diretos dos apóstolos, possuidora da verdadeira tradição. Esta igreja oficial se denominava católica, que significa universal, mas era uma igreja universal visível. Alguns pais da igreja também tinham a
tendência de mesclar a igreja com Israel, o que os levou à doutrina de uma igreja estatal. Alguns grupos de anabatistas e, depois, os batistas reconheceram que o Novo Testamento faz distinção entre a igreja e o estado. No século XIX o dispensacionalismo reconheceu nas Escrituras a distinção entre Israel e a igreja.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- O Catolicismo Romano ensina que a igreja universal é visível e terrena e tem um chefe humano (o papa), que é sucessor do apóstolo Pedro.
- O movimento ecumênico também tenta fazer da igreja universal uma igreja visível aqui na terra. Com a sua tentativa de unir todas as igrejas, ele não reconhece que a igreja universal só será visível no céu.
- As igrejas de paradigma estatal (Anglicana, Luterana, Metodista, etc.) de forma geral rejeitam a distinção entre Israel e a igreja.
- A Igreja Universal do Reino de Deus (IURDE), entre outras, tenta trazer as promessas e normas de Israel para a Igreja.

11º Distintivo – Eclesiologia

A igreja local

Conceito Teológico

A igreja local (Atos 13.1; 16.5; Romanos 16.1, 5; 1 Coríntios 1.2; Gálatas 1.2) é uma assembleia voluntária de pessoas que publicamente professaram fé em Jesus Cristo como salvador e que, posteriormente, foram batizadas por imersão (Atos 2.41; Romanos 1.7; 1 Coríntios 1.2; Filipenses 1.1). Uma pessoa se torna membro da igreja local só depois que professa fé em Jesus como salvador e é batizada. Esta foi a ordem seguida na primeira igreja em Jerusalém (Atos 2.41). A igreja local é a legítima agência da obra de Deus nesta dispensação e existe para, dentre outras coisas, reunir os membros para adorarem juntos ao Deus triuno, observarem as ordenanças de Jesus (batismo e ceia do Senhor), edificarem-se mutuamente através do ensinamento da Palavra de Deus, manterem comunhão uns com os outros, servirem uns aos outros pelo amor e promoverem a evangelização do mundo inteiro (Atos 2.42—47; 4.32—35; 13.1—5; Efésios 4.15—16; 1 Timóteo 3.14—15).

História

O Novo Testamento emprega uma única palavra, ekklesia, para denominar tanto a igreja universal quanto a igreja local. Há, porém, uma distinção clara entre estas duas entidades no Novo Testamento e uma ênfase muito maior na igreja local do que na igreja universal. Esta distinção ficou confusa com o surgimento da Igreja Católica Romana, que entendia que ela era a única igreja verdadeira, composta de todas a pessoas batizadas e leais a Roma. Já que ela começou a batizar nenês, havia muitos membros não salvos. A distinção entre a igreja universal e a igreja local foi redescoberta na Reforma Protes tante (1517 a 1650). Os protestantes, porém, continuaram a batizar nenês. Foram os anabatistas e, mais tarde, os batistas, que insistiram no ensinamento bíblico de batizar apenas pessoas que professassem fé em Cristo. Os batistas também reconheceram a natureza associativa e voluntária da igreja local.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica Romana afirma ser a igreja verdadeira.
- As igrejas Católica, Ortodoxa, Luterana, Anglicana, Metodista, Presbiteriana etc., batizam nenês e aceitam-nos como membros.
- O movimento G-12, a Igreja Local de Witness Lee etc. baseiam-se num conceito errado de igreja local.
- Em algumas partes do mundo evangélico, o fato de pessoas se converterem sem se tornarem membros de nenhuma igreja é aceito.
- Não é bíblica a interpretação de Mateus 18.20 que alega que onde estiverem dois ou três reunidos em nome de Cristo, ali há uma igreja local. O texto diz que Cristo está lá, e não que lá existe uma igreja. Uma igreja local deve ter todos os requisitos bíblicos exigidos da mesma, tais como oficiais bíblicos etc.

12º Distintivo – Eclesiologia

As ordenanças do Senhor

Conceito Teológico

Nosso Senhor Jesus, no final do Seu ministério terreno, instituiu dois ritos para a igreja, denominados “ordenanças”: o batismo (Mt 28.18—20) e a ceia do Senhor (Mt 26.26—30; Mc 14.22—26; Lc 22.14—20). Estas ordenanças são de grande importância e têm um caráter simbólico. Elas não são necessárias para a salvação do crente, nem transmitem graça a ele. O batismo representa a união do crente com Cristo na Sua morte, sepultamento e ressurreição (Rm 6.1—4). Através do batismo, o crente se identifica publicamente como cristão. Portanto, o batismo só pode ser administrado a pessoas que professam fé em Jesus como salvador (At 2.41; 8.36—38; 10.47—48). O batismo deve ser em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28.18—20), e por imersão uma vez em água (a palavra “batizar” significa “imergir” ou “mergulhar”; veja Jo 3.23). A ceia do Senhor é uma ordenança memorial instituída por Jesus para ser observada regularmente pela igreja com o propósito de lembrar sua morte sacrificial por nós (1Co 11.23—26). O pão e o cálice não são o corpo e sangue de Jesus (transubstanciação), nem contêm a presença espiritual do corpo e sangue de Jesus (consubstanciação), apenas representam o corpo e sangue de Jesus. A ceia do Senhor deve ser administrada pela igreja local, e somente crentes professos, batizados e em plena comunhão com a igreja devem participar, depois de se examinar e confessar seus pecados (1Co 11.23—34).

História

As doutrinas do batismo e da ceia do Senhor evoluíram por caminhos diferentes, mas até o final do período medieval da igreja (590–1517), as duas ordenanças eram consideradas “sacramentos”. “Sacramento” é um rito praticado como meio de obter graça. Na teologia católica, existem sete sacramentos. O batismo é praticado por aspersão em nenês, com a finalidade de remover o pecado original. A ceia do Senhor, denominada eucaristia, é um sacrifício no qual o pão e o vinho seriam transformados no corpo e sangue de Jesus (transubstanciação). Martinho Lutero (a partir de 1517) rejeitou os outros cinco sacramentos e modificou os sacramentos de batismo e ceia do Senhor. Ele continuou na prática de batizar nenês por aspersão, mas cria que a salvação vinha por meio de fé no sacramento como meio de obter salvação. Ele também rejeitou a doutrina da transubstanciação, mas afirmava que o pão e o cálice continham a presença espiritual do corpo e sangue de Jesus (consubstanciação). O reformador suíço Zwinglio (1484–1531) rejeitou a doutrina da consubstanciação e ensinou que a ceia do Senhor é um memorial, mas continuou na prática de batizar nenês por aspersão. Alguns discípulos de Zwinglio insistiram no ensinamento bíblico de batizar apenas crentes professos. Estes foram obrigados a se separar de Zwinglio e formaram mais um grupo apelidado de “anabatistas” por sua prática de batizar pessoas “novamente”. Mais tarde, os batistas levaram esta doutrina adiante.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica defende o batismo de nenês por aspersão e a transubstanciação.
- A Igreja Luterana defende o batismo de nenês por aspersão e a consubstanciação.
- A Igreja Presbiteriana defende o batismo de nenês por aspersão e ensina que os sacramentos são um sinal e selo de graça.
- A Igreja Metodista, entre outras, defende o batismo de nenês.
- A Igreja dos Irmãos pratica o batismo trino, no qual o crente é imerso três vezes.
- Algumas igrejas praticam a Ceia ultra-livre, da qual qualquer pessoa presente pode participar, seja salvo e batizado ou não.

13º Distintivo – Eclesiologia

Os oficiais da igreja local

Conceito Teológico

O Novo Testamento reconhece apenas dois oficiais para a igreja local: pastores e diáconos (Filipenses 1:.). Estes líderes não estão fundamentados numa suposta sucessão apostólica. As demais funções especiais do período da igreja primitiva foram desativadas naturalmente quando o cânon do Novo Testamento foi completado. Há três palavras intercambiáveis usadas no Novo Testamento para denominar o ofício de pastor: bispo, ancião ou presbítero, e pastor (Atos 20.17–28; Tito 1.5–7; 1 Pedro 5.1–2). Estas palavras sugerem três funções que o pastor deve exercer. Como bispo, ele é o superintendente da igreja. Como ancião, ele é um homem experiente e digno para liderar a igreja. Como pastor, ele é responsável pela alimentação e proteção da igreja. O Novo Testamento ensina que o pastor e os diáconos devem ser sempre homens, nunca mulheres (1 Coríntios 14.34–36; 1 Timóteo 2.9–15; 3.1–7; Tito 1.5–9), e que cabe ao pastor ser sustentado pela igreja (1 Coríntios 9.1–18). O diácono é um servo para auxiliar a igreja (Atos 6:1–6). O caráter tanto do pastor quanto do diácono deve ser exemplar (1 Timóteo 3.1–13; Tito 1.5–9; 1 Pedro 5.1–4).

História

Logo após o período da Igreja Primitiva, as igrejas começaram a se organizar demasiadamente. Foi feita uma distinção entre o bispo, que era encarregado de várias igrejas, e os presbíteros ou pastores, que tomavam conta de uma igreja local. Eventualmente, surgiu toda uma hierarquia, com padres, bispos, arcebispos, cardeais e papa. Os bispos eram vistos
como sucessores dos apóstolos. Os batistas rejeitaram esta hierarquia por entenderem que as escrituras falam de apenas dois oficiais para a igreja: pastores e diáconos. Os batistas também creem que os ofícios de apóstolo e profeta cessaram com o encerramento do cânon.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica e as igrejas Metodista e Anglicana têm uma hierarquia complexa com muitos cargos eclesiásticos.
- A Igreja Local de Witness Lee, a Casa de Oração e a Congregação Cristã do Brasil não têm pastores.
- As igrejas presbiterianas e reformadas e outros grupos fazem distinção entre presbíteros que ensinam e presbíteros que governam.
- Vários grupos, inclusive muitos grupos pentecostais e até alguns grupos de “batistas” praticam a ordenação de mulheres pastoras e diaconisas.

14º Distintivo – Eclesiologia

A autonomia da igreja local

Conceito Teológico

Cada igreja local é autônoma quanto às suas questões administrativas e congregacional quanto ao seu governo interno. Ela é submissa apenas a Cristo, o seu cabeça, e nenhuma organização ou hierarquia eclesiástica tem autoridade sobre ela. São os próprios membros, e não os líderes da igreja, que tomam as decisões da igreja. No Novo Testamento, a própria congregação escolhe seus oficiais (Atos 6.1–6; 14.23), recebe membros (Romanos 14.1; 2 Coríntios 2.5–11), exclui membros (1 Coríntios 5.1–13), envia missionários (Atos 13.1–5) e resolve questões (Mateus 18.15–17; 1 Coríntios 6.1–8). Contudo, autonomia não quer dizer independência. As igrejas de Cristo devem umas às outras respeito e cooperação espiritual (Atos 15.1–6, 22–35). Todas se acham na dependência do mesmo Cabeça (Efésios 4.11–16), e isto as faz interdependentes.

História

As igrejas primitivas praticavam de modo muito natural a sua autonomia, que não implicava liberdade absoluta e indiferença para com as demais. Logo o governo da igreja foi se centralizando em torno do bispo, que passou a ter autoridade sobre várias igrejas. Isto serviu, em parte, como uma proteção contra here-sias. Eventualmente houve algumas igrejas mais dominantes do que outras, cujos bispos exerciam autoridade sobre as demais. A partir do século VI, o bispo de Roma reivindicou o direito de governar as igrejas a partir do seu poder central, embora sua autoridade nunca tenha sido reconhecida pelas igrejas do oriente. Com o passar dos anos, desenvolveu-se toda uma hierarquia, tendo o papa como autoridade máxima. Os

anabatistas e, depois deles, os batistas e congregacionalistas praticavam a autonomia da igreja local e o governo congregacional. Os reformadores protestantes (a partir de 1517) rejeitaram a autoridade do papa e estabeleceram vários modelos diferentes de governo eclesiástico.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Católica adere ao sistema papal, no qual a autoridade máxima reside no papa, e é administrada através de uma hierarquia composta de cardeais, arcebispos, bispos, padres etc.
- As igrejas ortodoxas, anglicanas, metodistas e luteranas são governadas por bispos.
- As igrejas presbiterianas e reformadas utilizam um governo representativo no qual as igrejas elegem presbíteros para representá-las no supremo concílio. São os presbíteros e anciãos que governam a igreja.

15º Distintivo – Eclesiologia

A separação entre igreja e estado

Conceito Teológico

Não deve haver nenhum vínculo orgânico entre a igreja e o estado (Mateus 22.15–22; João 18.36). Isto significa, por um lado, que o estado não tem o direito de estabelecer uma religião ou credo oficial, nem de obrigar alguém a seguir uma religião, nem de interferir na vida interna da igreja (Atos 4.19–20; 5.29). Por outro lado, a igreja e os cristãos individuais devem respeitar o governo e cumprir os seus deveres civis (Romanos 13.1–7). A igreja não tem o direito de receber favores especiais ou sustento financeiro do governo. Todas as igrejas e outras agremiações religiosas devem ser corporações livres e autosustentadas.

História

Quando a igreja nasceu, a religião oficial do Império Romano era o culto ao imperador. Isto mudou com a conversão do Imperador Constantino (morreu em 337). Eventualmente, o “cristianismo” foi feito a religião oficial e obrigatória do Império Romano. No século XVI os anabatistas fundaram igrejas de crentes independentes e autônomas e apelaram para a liberdade religiosa. Em 1608, o Pastor John Smith levou seu rebanho de 80 ingleses para a Holanda em busca de tolerância religiosa. Em 1611, publicaram uma declaração de fé que incluía a defesa da plena liberdade religiosa. Em 1612, Thomas Helwys, juntamente com alguns crentes que voltaram para a Inglaterra, publicou sua “Breve Declaração do Mistério da Iniquidade”. Foi o primeiro livro sobre a defesa da liberdade religiosa na Inglaterra. Seu autor foi preso. Do outro lado do oceano, em 1635, na cidade de Boston, Roger Williams, publicou uma defesa semelhante, da liberdade religiosa e criticou a união entre a igreja e o estado como incompatíveis com a Igreja regenerada. Em 1636, durante um rigoroso inverno, o governo de Massachussets baniu-o, mas salvo e socorrido pelos índios, foi até Providence, em Rhode Island, onde fundou a primeira Igreja Batista livre das Américas. Thomas Jefferson, no final do século XVIII, defendeu a plena liberdade religiosa com o apoio dos Batistas americanos, e, em 1791, a primeira emenda foi feita à Constituição Americana, garantindo este direito à nação.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- As Igrejas Católica, Ortodoxa, Anglicana, Luterana e Presbiteriana, todas têm como ideal a igreja estatal, embora permitam, hoje, a liberdade religiosa. Alguns países europeus têm religiões estatais, que são sustentadas financeiramente pelo governo.
- Os países muçulmanos e comunistas não fazem separação entre a igreja e o estado.
- Alguns grupos católicos e evangélicos permitem o uso de suas igrejas como plataforma política.

16º Distintivo – Eclesiologia

A liberdade individual da alma

Conceito Teológico

Toda pessoa tem o direito de buscar e servir a Deus ou não, de acordo com a sua própria consciência (Gênesis 2.16–17; 3.1–7; Mateus 11.28–30; 1 Pedro 2.25), e terá um dia de prestar contas a Deus pela sua escolha (Apocalipse 20.11–15; 1 Coríntios 3.13–15). A igreja tem o direito e a responsabilidade de pregar o evangelho (Mateus 28.18–20; Romanos 10.14–15), mas não tem o direito de coagir ninguém a crer ou a seguir sua interpretação das Escrituras (Mateus 13.24–30, 36–43; Romanos 14.5–12; 1 Coríntios 5.12–13). Nenhuma autoridade civil ou eclesiástica tem o direito de obrigar um individuo a crer em Deus ou a seguir a Deus (Atos 4.19–20; 5.29). Está implícito também o direito de livre exame e interpretação das Escrituras (Atos 17.11).

História

No início, a igreja foi perseguida pelo governo romano, mas isto mudou com a ascensão do Imperador Constantino (morreu em 337). Ele começou o processo que transformou a igreja em religião oficial do Império Romano. Com esta mudança, o cristianismo passou de perseguido a perseguidor daqueles que não concordavam com a sua posição. A Reforma Protestante (início em 1517) mudou muitas coisas, mas as igrejas protestantes continuaram na prática de perseguir aqueles que não concordavam com elas. Isto mudou só com os batistas que, nos Estados Unidos, conseguiram estabelecer o direito de liberdade religiosa na constituição daquele país (1786). Aos poucos, este ideal tem tomado conta dos países ocidentais.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Divergimos dos países islâmicos, comunistas e alguns países ortodoxos que não permitem a liberdade religiosa.

17º Distintivo – Prática eclesiástica

A separação eclesiástica

Conceito Teológico

A Bíblia ensina que tanto o crente quanto a igreja local precisam ter comunhão com outros crentes e igrejas locais, respectivamente (At 15.1–21; Hb 10.24–25; 1Jo 1.1–3), mas que esta comunhão só pode existir quando todas as partes aderem à verdade (Ef 4.1–6; 1Jo 1.5–7). A bíblia nos exorta a lutar pela fé cristã e a zelar pela pureza doutrinária (Rm 16.17–18; Jd 3). Portanto, não devemos ter nenhum vínculo orgânico, cooperação evangelística ou comunhão cristã com qualquer denominação, igreja ou entidade religiosa que, dizendo-se cristã, negue alguma doutrina essencial ao cristianismo (2Cr 19.2; 1Co 5.9–13; 2Co 6.14–18; 2Jo 7–11). Devemos nos separar também daqueles grupos que toleram tal apostasia (2Ts 3.6, 14–15; Tt 3.10–11). Por final, embora possamos ter comunhão pessoal com crentes verdadeiros de outras denominações, é difícil, em nível de igreja local e associação, manter comunhão ou cooperar com tais denominações sem limitar a nossa mensagem (Mt 28.19–20; At 20.16–21; 2Tm 4.1–2).

História

No fim do século XIX, começou na Alemanha um movimento denominado modernismo, que negava todos os elementos sobrenaturais do cristianismo. Este movimento foi exportado para os Estados Unidos através dos seminários e começou a infiltrar as principais denominações protestantes, inclusive a Convenção Batista do Norte. Fundamentalistas como O. W. Van Osdel, Robert T. Ketcham e H. O. Van Guilder, tentaram durante algum tempo, purificar a Convenção da apostasia. Quando ficou evidente que não iriam conseguir, saíram da Convenção e formaram a *General Association of Regular Baptist Churches* (Associação Geral das Igrejas Batistas Regulares), em 1932. Na década de 1950, surgiram evangelistas e outros líderes evangélicos que rejeitavam o fundamentalismo por ser separatista. Enfatizaram o amor e ensinavam tanto o dever de dialogar com os apóstatas para tentar ganhá-los, quanto a possibilidade de se manter comunhão cristã com eles. Estes receberam a denominação de neoevangélicos. Os batistas regulares rejeitaram a posição neoevangélica e, com o passar do tempo, muitos neo-evangélicos apostataram da fé. O primeiro missionário Batista Regular chegou ao Brasil em 1935. A Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil (AIBREB) foi fundada em 1953, em Juazeiro do Norte. Embora não tenha vínculo orgânico com a Associação americana, ela compartilha a posição separatista original desta.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A teologia liberal (antigo modernismo), a teologia neo-ortodoxa e a teologia da libertação negam doutrinas fundamentais ao cristianismo.
- Existem tentativas de trazer doutrinas antibíblicas, como a Nova Era e o materialismo, para dentro da igreja. Um exemplo disto seria a teologia da prosperidade.
- O movimento ecumênico, encontrado tanto na Igreja Católica quanto em organizações do tipo Conselho Mundial de Igrejas, tenta unir todos os cristãos independentemente das suas crenças.
- Existe, em grande parte do movimento evangélico, um espírito interdenominacional, que rejeita distinções denominacionais. Os que promovem este espírito ensinam que o amor e a união são mais importantes do que a doutrina.
- Também nos separamos de igrejas e entidades religiosas que permitem a prática dos dons carismáticos.
- Igrejas Bíblicas muitas vezes aderem a crenças e práticas parecidas com as nossas, mas rejeitam o rótulo Batista.

18º Distintivo – Prática eclesiástica

A separação pessoal

Conceito Teológico

O crente deve viver uma vida distintamente cristã neste m.undo, digna da sua vocação (Efésios 4.1–3; 5.1–2; Colossenses 1.9–10). Ele deve separar-se do mundo (Tiago 1.27; 1 João 2.15–17) e de suas práticas: jogos de azar, divertimentos, prazeres, determinadas profissões, vícios, músicas e modas que se constituam inimigos da espiritualidade (Romanos 12.1–2; Efésios 4.17–20; 5.3–14; Tiago 4.1–4; 1 Pedro 1.14–16). Como luz e sal, ele deve dedicar-se ao amor e às boas obras com o propósito de levar os homens a glorificar a Deus (Mateus 5.13–16; Efésios 2.10). Sua vida deve ser uma busca constante das coisas “lá do alto”, onde Cristo está (Mateus 7.33; Colossenses 3.1–4; Filipenses 4.8).

História

O mundanismo sempre tem sido um problema na igreja — tanto que o Novo Testamento está repleto de advertências contra este mal. Quando a *General Association of Regular Baptist Churches* (Associação Geral das Igrejas Batistas Regulares) foi formada em 1932, nos Estados Unidos, uma das suas ênfases foi a santidade pessoal do crente. Esta ênfase foi exportada para o Brasil. Muitos evangélicos têm rejeitado o separatismo pessoal do fundamentalismo. Muitas vezes eles advertem os fundamentalistas a não julgar e consideram qualquer norma não delineada explicitamente na Bíblia como sendo legalista. Eles defendem suas práticas mundanas com base na liberdade do crente e no desejo de ganhar almas. Os batistas regulares têm, historicamente, pregado contra o mundanismo e ensinado o separatismo pessoal.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- As divergências desta doutrina não são organizadas, mas o mundanismo é comum no cristianismo e no evangelicalismo de hoje em dia.

19º Distintivo – Prática eclesiástica

A disciplina eclesiástica

Conceito Teológico

A igreja local tem o dever de se manter pura através da prática da disciplina eclesiástica (1 Coríntios 5.1–8). A disciplina deve ser aplicada a membros que caiam tanto em erro doutrinário quanto em qualquer outro pecado. Ela deve ser praticada em espírito de brandura (Gálatas 6.1), com provas concretas na forma de duas ou três testemunhas, especialmente no caso de pastores (1 Timóteo 5.19), e com as devidas oportunidades dadas para o membro se arrepender (Mateus

18.15–18;
Tito 3.10). Na Bíblia, a disciplina inclui a recusa de comunhão com o cristão desobediente (1 Coríntios 5.9–11; 2 Tessalonicenses 3.14–15) ou até a excomunhão do rol de membros (Mateus 18.15–18; 1 Coríntios 5.3–5; 1 Timóteo 1.20). A disciplina eclesiástica deve sempre ser praticada quando um membro se mostrar intransigente em algum erro doutrinário ou moral. Embora não haja uma lista de pecados merecedores de disciplina, a Bíblia condena, entre outros, tais pecados como o sexo ilícito — inclusive o homossexualismo, adultério, prostituição e fornicação — a provocação de discórdias, dissensões e facções, a bebedice, a glutonaria, a mentira, a fofoca e a falta de frequência aos cultos (Romanos 1.18–27; 1 Tessalonicenses 4.3–8; Mateus 5.27–28; Gálatas 5.19–21; Colossenses 3.5–9; Hebreus 10.25).

História

A prática da disciplina eclesiástica depende em grande parte do modelo eclesiástico que uma igreja adota. Igrejas que adotam o modelo estatal, tais como a Igreja Católica, a Igreja Luterana e a Igreja Presbiteriana, acham que todos os cidadãos do país devem aderir aos dogmas oficiais da igreja, embora entendam que nem todos serão cristãos de fato.
Consequentemente, tais igrejas historicamente não têm tolerado divergências de doutrinas, usando “o braço do poder temporal” (o governo) para “disciplinar” os hereges. Assim, todas estas igrejas perseguiram os anabatistas, batistas e outros grupos divergentes. Igrejas que adotam o modelo livre, tais como anabatistas, batistas e congregacionalistas, entendem que a igreja é uma associação voluntária de pessoas que professam fé em Jesus como Salvador e que seguem a mesma fé e ordem. Consequentemente, a igreja não persegue aqueles que pecam ou divergem da fé, mas também não tolera condutas e crenças erradas dentro do seu rol de membros. Assim, uma característica destas igrejas sempre tem sido a disciplina eclesiástica.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Algumas igrejas toleram descrença e condutas pecaminosas dentro de seu rol de membros.
- Muitas igrejas evangélicas toleram o pecado e raramente praticam a disciplina eclesiástica.
- Muitas igrejas não respeitam a disciplina de outras igrejas, aceitando como membros pessoas que foram disciplinadas biblicamente.
- A tolerância de condutas que a Bíblia denomina pecaminosas, tais como o homossexualismo, o lesbianismo, o adultério etc., está se tornando uma norma cultural.

20º Distintivo – Prática eclesiástica

O culto cristão

Conceito Teológico

O propósito principal do culto da igreja é a adoração coletiva do Deus verdadeiro e o ensino dos santos. Deus, por ser santo e unicamente divino (Is 6.1–8), não deve ser adorado de forma profana ou leviana (Êx 30.9; Lv 10.1–3; Mt 15.7–9; 1Co 11.26–30), mas com o devido respeito, santidade e submissão (Sl 29.1–2; Is 1.10–17; Jo 4.19–24; Hb 13.15; Ap 4–5). Por isso, não se deve introduzir práticas ou estilos musicais mundanos tais como expressões corporais irreverentes e o uso indevido de instrumentos musicais no culto cristão e deve-se tomar muito cuidado para usar apenas hinos e cânticos cuja letra ensine a sã doutrina (Ef 5.18–20; Fl 4.8; Cl 3.16). A

pregação da palavra de Deus deve ser proeminente no culto pois somente ela é capaz de transformar vidas e equipar o crente para a vida cristã (Ef 5.25–27; 1Tm 4.13; 2Tm 3.14–17; 4.1–2). Não se deve permitir que nada a substitua, minimize ou suplante. O culto cristão não existe para satisfazer os desejos dos participantes, mas do Senhor da igreja: Jesus Cristo (Ap 1.9–3.22).

História

Quando a Reforma Protestante começou, em 1517, a eucaristia (Ceia do Senhor) era o foco do culto cristão e o altar ocupava o lugar central na arquitetura eclesiástica. Toda a liturgia, inclusive a música, era em latim e, por isso, incompreensível ao povo. Com a Reforma Protestante e Radical, a pregação da Palavra de Deus e o púlpito foram elevados ao lugar de proeminência no culto e na arquitetura da igreja, respectivamente. Começando com Martinho Lutero, a música passou a ser composta na linguagem do povo e cantada pela congregação no culto. O auge da hinódia protestante foi atingido nos hinos de Isaac Watts e John Newton. Em tempos recentes têm surgido algumas tendências alarmantes no culto evangélico. O
culto e a música começaram a ser vistos como meios, não de adorar a Deus e edificar os santos, mas de atrair e evangelizar descrentes. Estilos musicais mundanos com letras cristãs foram introduzidos no culto. Os hinos perderam a vez para os corinhos, que no início eram refrões de hinos. Até a pregação da Palavra de Deus tem perdido espaço para outras atividades como concertos musicais e peças de teatro. Uma nova atitude de consumismo tem sido dominante: pessoas frequentam os cultos para satisfazer seus desejos em vez de agradar e servir a Deus. A AIBREB sempre foi conservadora e tem rejeitado estas inovações, mais recentemente, em 1989, na reunião de Belém.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- O movimento denominado *Church Growth* (Crescimento da igreja) tem promovido cultos do tipo *seeker sensitive* (sensitivo aos buscadores). Este movimento visa agradar homens, especialmente descrentes, e resulta na diluição da adoração e da pregação.
- Muito da música contemporânea cristã se utiliza de formas musicais e letras impróprias à adoração de Deus por serem mundanas, triviais, irreverentes ou profanas.
- Muitas vezes, a execução de música na igreja ou em concertos provoca admiração ao artista em vez de adoração a Deus.

21º Distintivo – Prática eclesiástica

A evangelização mundial

Conceito Teológico

Os cristãos têm o dever de proclamar o evangelho ao mundo inteiro (Mateus 28.18–20; Marcos 16.15; Atos 1.8; Romanos 10.14–15). Isto significa que cada crente individualmente, deve, testemunhar da sua fé e cada igreja local deve enviar missionários para a divulgação do evangelho no mundo todo. O propósito principal da evangelização é a glória de Deus através da conversão de pessoas e da difusão da palavra dele. O método do evangelismo é a pregação do evangelho, que é o poder de Deus para salvar os que crêem (Romanos 1.16–17; 1 Coríntios 1.21–24; 2.1–5). Nenhum outro método tem o aval das escrituras. O local principal do evangelismo é “lá

fora", no mundo (Atos 8.4; 10.24–48; 13.5; 16.24–34). Para realizar tal tarefa, igrejas batistas regulares voluntariamente unem suas forças e recursos para enviar missionários ao campo, tanto em nosso país como em todo o mundo.

História

Houve diversos períodos de atividade missionária ao longo da história da igreja, mas ao final do século XVIII, toda esta atividade havia cessado. Foi então que Deus levantou William Carey (1761–1834), um batista inglês para dar início ao movimento moderno de missões. Esta visão missionária foi eventualmente exportada aos Estados Unidos. Adoniram Judson (1788–1850) abriu o caminho de missões norteamericanas com sua ida para a Birmânia em 1812. Os batistas americanos foram um povo missionário. Eles organizaram várias convenções
para, em parte, enviar missionários. Os batistas fundamentalistas da Convenção Batista do Norte ficaram alarmados com o modernismo que se havia infiltrado nas sociedades missionárias da Convenção. Quando saíram da Convenção, fundaram a *General Association of Regular Baptist Churches* (GARBC – Associação Geral das Igrejas Batistas Regulares) para, entre outras coisas, promover a expansão do evangelho e empreendimentos missionários. Para não cometer os mesmos erros da Convenção, os líderes da GARBC resolveram aprovar e promover sociedades missionárias da mesma fé e ordem que praticavam o sistema de missões de fé. Neste sistema, o missionário é enviado por sua igreja local e levanta o seu sustento junto às igrejas. O movimento batista regular
brasileiro é fruto deste sistema e tem adotado a mesma prática.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- Existe uma forma extrema de calvinismo que se opõe ao evangelismo mundial.
- No sistema missionário adotado pela Convenção Batista Brasileira, o missionário recebe seu sustento diretamente da junta, sem ter que passar pelas igrejas.
- Existem tendências, no mundo evangélico, de diluir a mensagem da cruz ou confundir o evangelismo com obras de caridade ou legalismo.
- Existem tendências, no mundo evangélico, de se substituir a pregação do evangelho por outras atividades como concertos musicais, peças de teatro, etc.

22º Distintivo – Escatologia

O retorno premilenar e pretribulacional de Cristo

Conceito Teológico

Jesus Cristo virá corporalmente à terra uma segunda vez (Atos 1.6–11). Esta volta ocorrerá em duas etapas. Primeiro, Cristo voltará nas nuvens para arrebatar e levar ao céu todos aqueles, vivos ou mortos, que estão em Cristo — isto é, que foram salvos durante o período da igreja (1 Tessalonicenses 4.13 – 5.11). Esta etapa está para acontecer a qualquer instante, sem aviso. Depois do arrebatamento virá a tribulação, um período de julgamento intenso sobre a terra (Apocalipse 3.10) caracterizado pela apostasia religiosa generalizada e pelo domínio mundial do anticristo e do falso profeta (2 Tessalonicenses 2.1–12; Apocalipse 6—19). A tribulação, que corresponde à septuagésima semana de Daniel, durará por sete anos (Daniel 9.24–27; Mateus 24.3–29). Depois da tribulação, Cristo, com sua igreja, voltará em glória à terra para reinar por mil

anos e estabelecer a nação de Israel em sua própria terra (Isaías 9.6–7; 11.1–16; Apocalipse 19.11–16; 20.1–6). Depois do reino milenar virão o julgamento final e a eternidade (Apocalipse 20.7–15). Na eternidade, todos os remidos viverão corporal e eternamente na presença de Deus enquanto os perdidos, juntamente com Satanás e seus anjos, sofrerão consciente e eternamente no lago de fogo (João 14.1–3; Apocalipse 20.11–15; 21.1 – 22.17).

História

Na teologia evangélica há três posições principais quanto à volta de Cristo: o amilenismo, pós-milenismo, e pré-milenismo. O amilenismo ensina que não haverá um milênio. Cristo pode voltar a qualquer instante e depois virá o juízo final. O pós-milenismo ensina que Cristo virá depois do milênio. Conforme esta posição, o evangelho expandirá até o mundo ser completamente cristianizado. Cristo voltará depois de um longo período de justiça e paz sobre a terra. O pré-milenismo ensina que Cristo voltará ao mundo para estabelecer Seu reino e reinar sobre a terra por mil anos. O juízo final acontecerá só depois do milênio. A igreja antiga era, na sua maioria, pré-milenista. Agostinho (354–430) provavelmente foi o primeiro a
ensinar o amilenismo de forma explícita. O pós-milenismo tinha aderentes durante a Reforma Protestante (1517–1750), mas tornou-se popular durante o século XIX e o começo do século XX. O pré-milenismo voltou à popularidade com o surgimento do dispensacionalismo, no século XIX, embora exista o pré-milenismo não-dispensacionalista. No pré-milenismo existem divergências quanto à cronologia do arrebatamento em relação à tribulação: o pré-tribulacionismo, o pós-tribulacionismo e o midtribulacionismo. O movimento Batista Regular é dispensacionalista e crê na volta pré-milenar e pré-tribulacional de Cristo.

Divergências Denominacionais e/ou Heréticas

- A Igreja Presbiteriana é, na sua maioria, amilenista.
- Embora a Convenção Batista Brasileira e as Igrejas Batistas Reformadas não tenham uma posição oficial, muitas delas, talvez até a maioria, é amilenista.
- Muitos grupos e seitas, como os Adventistas e os Testemunhas de Jeová, tentam datar a volta de Cristo.

Bibliografia

Livros Gerais

- BANCROFT, Emery H. *Teologia Elementar.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1992.
- BROWN, L. Duane. *Fundamentos Bíblicos dos Batistas.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1992.
- EVANS, William; CODER, S. Maxwell. *Exposição das Grandes Doutrinas da Bíblia.* São Paulo: Editora Batista Regular, 2000.
- HISCOX, Edward T. *Manual das Igrejas Batistas.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1968.
- LIMA, Jaime Augusto de. *Que Povo é Esse? História dos Batistas Regulares no Brasil.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1997.
- STOWELL, Joseph M., *Doutrinas Distintivas dos Batistas.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1986.
- THIESSEN, Henry Clarence. *Palestras Introdutórias à Teologia Sistemática.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1987.

Bibliologia

- BOYCE, James Montgomery, editor. *O Alicerce da Autoridade Bíblica.* 2 ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 1989.

Teologia

- HOUGHTON, Myron J.; FLINT, R. Allan; GOWER, David M. *Nosso Glorioso Deus: Manual do Líder.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1994.
- PACKER, J.I. *O Conhecimento de Deus.* São Paulo: Mundo Cristão, 1980.
- TOZER, A.W. *Mais Perto de Deus.* São Paulo:Mundo Cristão, 1980.

Cristologia

- McDOWELL, Josh. *Ele Andou Entre Nós.* São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 1995.
- STALKER, James. *A Vida de Cristo.* São Paulo: Editora Batista Regular. 1970.

Pneumatologia

- BRUNER, Frederick Dale. *Teologia do Espírito Santo.* 2 ed. São Paulo: Editora Vida Nova, 1986.
- HULSE, Eroll. *O Batismo do Espírito Santo.* São José dos Campos: Editora Fiel, 1995.
- McARTHUR JUNIOR, John F. *Os Carismáticos.* 3 ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 1995.
- WHITCOMB, John C. *Deseja Deus Que os Crentes Operem Milagres Hoje?* Belém: Missão da Igreja Evangélica dos Irmãos, s.d.

Soteriologia

- IRONSIDE, Harry A. *Grandes Vocábulos do Evangelho.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1964.
- PACKER, James I. *Vocábulos de Deus.* São José dos Campos: Editora Fiel, 1994.
- REIS, Aníbal Pereira dos. *O Crente Pode Perder a Salvação?* São Paulo: Edições “Caminho de Damasco”, 1978.
- STOTT, John. *A Cruz de Cristo.* Editora Vida, 1991.

Angelologia e Demonologia

- KONYA, Alex. *Demônios.* São Paulo: Editora Batista Regular, 2002.
- REIS, Aníbal Pereira dos. *O Diabo.* São Paulo: Edições “Caminho de Damasco”, 1976.
- WIERSBE, Warren W. *A Estratégia de Satanás: Como Detectar e Derrotá-lo.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1994.

Eclesiologia

- CLEARWATERS, Richard. *A Igreja Local do Novo Testamento.* A Espada do Senhor, s.d.
- JACKSON, Paul. *A Doutrina da Igreja Local.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1965.
- LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas.* Juerp, 1986.

Prática Eclesiástica

- ASHBROOK, John E. *Axiomas da Separação.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1992.
- MASTERS, Peter. *Separados pela Verdade.* São José dos Campos: Editora Fiel, s.d.
- PACKER, J.I. *Evangelismo e a Soberania de Deus.* São Paulo: Editora Vida Nova, 1966.
- PICKERING, Ernest. *Separando de Quem Não Se Separa.* São Paulo: Editora Batista Regular, s.d.
- PICKERING, Ernest. *O Tipo de Música Que Honra a Deus.* São Paulo: Editora Batista Regular, s.d.
- REIS, Aníbal Pereira dos. *O Ecumenismo e os Batistas.* São Paulo: Edições "Caminho de Damasco", 1972.
- SUMMER, Robert L. *Igreja em Chamas.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1965.

Escatologia

- McLAIN, Alva J. *As Setenta Semanas de Daniel.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1971
- ORR, William W. *O Plano Divino das 7 Dispensações.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1989.
- ORR, William W. *Um Quadro Simples do Futuro.* São Paulo: Editora Batista Regular, 1964.
- PENTECOST, J. Dwight. *Manual de Escatologia: Uma Análise Detalhada dos Eventos Futuros.* São Paulo: Editora Vida, 1998.
- WALVOORD, *John F. Todas as Profecias da Bíblia.* São Paulo: Editora Vida, 2000.
- WOOD, Leon J. *A Bíblia e os Eventos Futuros: Panorama da Escatologia Bíblica.* São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 1993.

Escrito por:

MARK A. SWEDBERG, ALMIR M. TAVARES, RICHARD MATHEWS E JOSÉ BEZERRA FILHO

Compre o livro impresso aqui:

https://editorabatistaregular.com.br/produto/distintivos-dos-batistas-regulares-os/